

Lula ignora pressões e namora centro-esquerda

Petista negocia com dissidentes do PMDB e sonha até com grupos mais à direita para atrair classe média

HELIO GAMA NETO
e WILSON TOSTA

Desafiando a lógica interna das legendas de esquerda e a estratégia eleitoral traçada pelo Palácio do Planalto, o candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, começa a avançar em direção à centro-esquerda. Ele insiste em negociar com os chamados dissidentes do PMDB e sonha até mesmo com o apoio de grupos mais à direita. Para pavimentar esse caminho, pretende transformar seu programa de governo num elo com setores do eleitorado – em especial a classe média – que não conseguiu convencer em 1994. Mesmo assim, Lula terá de mover-se internamente para garantir a harmonia entre os grupos antagônicos que compõem a aliança.

As linhas gerais do projeto já foram acertadas entre representantes dos partidos da frente que sustenta a candidatura de Lula – PT, PDT, PSB, PC do B e PCB. Os petistas, que têm poder de decisão na aliança, dizem que a base da proposta é o projeto apresentado pelo PT na última disputa presidencial. Garantem que pouca coisa mudou, mas admitem que, desta vez, há pelo menos duas novidades: um discurso mais moderado e a certeza de que só a esquerda é capaz de ocupar o espaço vazio deixado pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, associando políticas sociais à garantia da estabilidade econômica.

Apesar das diferenças entre os partidos e as personalidades que sustentam a candidatura petista, a frente de esquerda já tem desenhado um esboço do que deverá ser o programa de governo de seu candidato. O projeto deverá ficar pronto até o fim do mês, mas a pedido de Lula, que não quer cometer o erro do passado e ficar à mercê de uma tese complexa, os dirigentes da frente devem lançar esta semana um documento com as principais propostas – emprego, educação, saúde, políticas agrária (incluindo a reforma agrária) e industrial e um conjunto de propostas nas áreas de cidadania, segurança e cultura.

“É um programa de esquerda que busca o centro sociológico e dialoga com o centro político”, sintetiza o secretário de Relações Internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia, um dos coordenadores do projeto. De acordo com ele, a frente das esquerdas deverá propor um maior controle do Estado pela sociedade e um projeto nacional de desenvolvimento, crescimento econômico e estabilidade monetária com base nas políticas sociais e na valorização do “potencial interno” do País.

O presidente do PT, José Dirceu, explica que o partido está propondo às demais legendas a desvalorização cambial e o incentivo à política de exportação. “Mas no sentido de atração de investimentos externos para o setor produtivo e não para a área financeira”, emenda. Dirceu conta ainda que o PT quer criar programas de incentivo e de subsídios às pequenas, médias e microempresas e aos produtores rurais.

Parcerias – Os itens mais polêmicos das teses da esquerda – como os que dizem respeito a privatizações, dívida externa e reforma agrária – também seguirão a linha adotada há quatro anos, mas virão cercados por um discurso cuidadoso e propostas específicas mais claras. “Nós somos contra a privatização em áreas estratégicas (energia e telecomunicações), mas admitimos parcerias e concessões”, explica Dirceu.

A direção do partido defende a suspensão do atual programa de desestatização, uma auditoria nas privatizações já concluídas e a revisão do processo nos casos em que ficarem comprovadas irregularidades. Espera ainda um parecer final da Justiça sobre a Companhia Vale do Rio Doce. Reservadamente, no entanto, os petistas reconhecem que a recompra de uma estatal não é tarefa fácil e, talvez, nem seja a melhor alternativa. Um espaço, quem sabe, para outras velhas idéias petistas que, da primeira campanha de Lula para cá, foram tomando forma.

Em 1989, na sua primeira campanha à Presidência, Lula já defendia, por exemplo, a criação de um conselho de representantes da

sociedade para controlar as atividades estatais. Hoje, a idéia é mais ampla. “Precisamos ver como ficará a representatividade nas agências reguladoras de setores desestatizados e da iniciativa privada”, arrisca Marco Aurélio.

Consumidores – Ele lembra que, recentemente, no caso da falta de qualidade nos serviços prestados pelas empresas de energia do Rio, Light e Cerj – ambas privatizadas no ano passado – só houve reação do poder público quando os consumidores se organizaram e reclamaram. “O consumidor e outras parcelas importantes da sociedade estão excluídos do modelo atual das agências.” Experiências de prefeituras petistas, como o Banco do Povo, instituição pública não-estatal voltada para o fomento econômico a microem-

preendedores, também deverão fazer parte do projeto de governo.

O campo majoritário do PT é contra o “estatismo”, política invariavelmente associada ao candidato a vice na chapa de Lula, o presidente do PDT, Leonel Brizola – herdeiro do getulismo –, ao líder socialista, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e aos comunistas. Na teoria, um campo minado. Mas os integrantes de PSB, PDT e PC do B no grupo que estuda o programa de governo da frente garantem que as divergências são muito pequenas.

“No caso das privatizações, nós defendemos a idéia do PT”, conta o representante comunista, Renato Rabelo. Para Vivaldo Barbosa, do PDT, a chapa Lula-Brizola tem de evitar o debate da “estatização”. “O que nós estamos buscando é uma fórmula de democratizar o capital das empresas, garantindo a presença do Estado, dos empregados, dos fornecedores e dos consumidores”, diz o pedetista.

Já o líder do PSB na Câmara, Alexandre Cardoso (RJ), parece ter uma visão mais moderada. “A privatização da Tele-



PROGRAMA
SERÁ USADO
PARA SELAR
COLIGAÇÃO

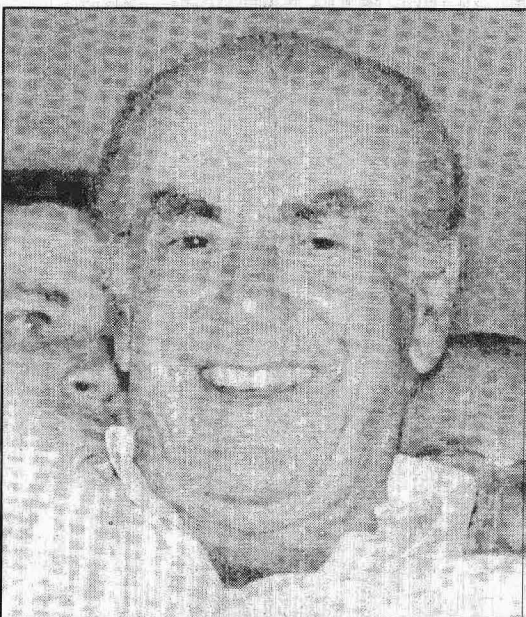
O QUE ELES JÁ DISSERAM



“Uma das coisas que me faz gostar do PT é a disputa política dentro do partido” (1989)

“O programa do PT nunca teve enfoque socialista” (1994)

“O PT está mais pragmático. Aprendemos a não confundir ideologia com política” (1998)



“Preferimos a direita aberta à escondida, que é o PT” (1994)

“Lula facilita sempre a vitória das elites” (1994)

“O Plano Real foi uma camisa de força” (1998)



“O Brasil está à venda” (1980)

“Não devemos nos preocupar só com a luta sucessória, nem tudo acaba em eleições” (1989)

“Precisamos de um programa único, antes de escolher um candidato único” (1997)

acrescentando que um eventual governo de esquerda “vai articular para que os devedores possam pagar seus débitos”.

O secretário de política agrícola do PT, Plínio de Arruda Sampaio, conta que o eixo central do programa para a área deverá ser a mudança “radical” do modelo existente para a agricultura. “Nós somos radicalmente contra o modelo atual, mas não vai ter baderna – um (Emiliano) Zapata em seu cavalo”, avisa.

Segundo ele, o PT quer a ruptura da hegemonia “de cinco ou seis corporações”. A idéia, explica o petista, é criar uma política de renda (*linhas de crédito*) para o agricultor, assegurar o abastecimento alimentar da população e um lugar para a agricultura familiar.

Para Plínio de Arruda, a reforma agrária é uma peça desse novo modelo. Ele defende a desconcentração de terra e a desapropriação de fazendas “com base na lei”. “Se a lei não permitir, vamos encaminhar um projeto para o Congresso.” Ele afirma ainda que a proposta pretende manter mais pessoas no campo, com escola, saúde, energia elétrica e diversão. “É a terra como forma de vida.”

Marco Aurélio conta que o partido pretende avançar em uma das mais bem-sucedidas experiências das administrações municipais do PT, o orçamento participativo, adaptando-o para o cenário nacional. Outros projetos que devem ganhar destaque são o de renda mínima, que garante educação e complementação salarial, e o de bolsa-escola – pagamento em dinheiro para a criança carente que frequentar a escola.

Ventos europeus – O espectro da “onda rosa”, que em 1997 levou ao poder políticos da esquerda moderada na Europa, como Tony Blair (Inglaterra) e Lionel Jospin (na França), paira sobre a discussão programática da frente das oposições. Algumas das propostas da aliança das esquerdas têm inspiração na social-democracia européia, marcadas pela preocupação de não assustar a classe média e o empresariado.

Um dirigente petista que participou da criação de emendas ao projeto de governo aprovado no encontro nacional do PT, o vereador Jorge Bittar (RJ) confirma que pelo menos uma proposição defendida pelo primeiro-ministro britânico – a imposição de um imposto sobre lucros extraordinários de empresas privatizadas – deverá estar no programa de Lula.

Também na “onda rosa” estão sendo estudadas algumas sugestões contra o desemprego. A proposta do primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, de geração do primeiro emprego para jovens é destacada por Bittar como essencial. “A prioridade deve ser a primeira vaga”, confirma Vivaldo.

Cieps – Vivaldo afirma que o PDT conseguiu convencer as demais legendas a incluir no projeto de governo de Lula os polêmicos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), símbolo do brizolismo. “Esse já é um item aceito por todos os partidos”, diz. Outro ponto em que dirigentes pedetistas insistem é a ampliação dos direitos individuais, com uma ampla reforma do Poder Judiciário.

“Queremos que nos processos criminais o juiz trabalhe desde a investigação”, conta Vivaldo. Os pedetistas esforçam-se também para incluir entre as propostas de Lula uma nova edição do programa Médico de Família – criado por prefeitos do PDT em Niterói (RJ) e Campos (RJ) – e pedem mudanças no Banco Central. “O BC tem de perder o segredo, é uma caixa-preta a que ninguém tem acesso”, reclama Carlos Lupi, presidente do PDT do Rio.

Já os socialistas querem levar à frente um programa de fixação da população no interior. “Nos últimos nove anos, a cada dois dias e meio é criada uma cidade no Brasil”, diz Alexandre Cardoso. “O único mecanismo para criar empregos para o interior, nos últimos dois anos, foi a indústria da criação de municípios.” Segundo Cardoso, de 1988 a 1998 foram fundados cerca de 1,4 mil municípios no País, o que gerou cerca de 500 mil novos postos de trabalho, sustentados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Segundo Vivaldo, os principais pontos do programa de governo, que devem ser divulgados esta semana, serão discutidos com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).